



A greve, a negociação, as conquistas e a continuidade da luta

Neste segundo boletim de Greve da Unifesp, apresentamos os resultados das duas reuniões das Mesas de Negociação que o Comando de Greve Nacional Andes realizou, a primeira com o MEC para tratar de temas não-remuneratórios e a segunda com o Ministério da Gestão, para negociar salário e carreira.

A greve nacional da Educação Federal atingiu seu ponto mais alto nesta semana. Apenas da base de nosso Sindicato Nacional (Andes),

somos centenas de milhares de docentes de 46 Universidades Federais e 8 Instituições em greve. Além de quase 80 outros Institutos Federais da base Sinasefe também paralisados. Vários atos públicos, visitas a deputados no Congresso, e inúmeras atividades pelos campi país afora têm sido realizados.

A pressão empurrou o governo a iniciar a negociação. A Mesa Setorial com o MEC fez sua primeira reunião, que ainda avançou muito pouco.

GREVE DO ENSINO FEDERAL



É preciso seguir pressionando para que o Orçamento de nossas Universidades seja devolvido a patamares minimamente sustentáveis. Para tirar nossos laboratórios e edifícios do sucateamento e nossos alunos sem a devida assistência estudantil, bolsas e condições de permanência.

A Mesa Específica (Salarial/Carreira) com o MGI, avançou mais desde que a greve começou. Na reunião ocorrida uma semana após o início de nossa greve, o governo havia elevado em 3,5% sua proposta de reposição linear, que atingiu 12,8% (do 22,7% reivindicado). Na reunião desta semana não ofereceu reposição maior, mas aumentou um pouco (em média de 1% a 3%) os índices de reajuste a quase todos os segmentos da categoria.

São conquistas da greve. Parciais e menores do que gostaríamos. Mas sem a greve nem isso teríamos. Pois o governo segue com as mãos atadas por seu Novo Arcabouço Fiscal e por sua meta de déficit zero. E o Centrão segue sequestrando para si o Orçamento.

É preciso agora avaliar se a continuidade de nossa greve pode atingir maiores resultados, dada a difícil conjuntura. E dada as possibilidades de um desgaste do movimento paredista, que já ultrapassou duas semanas na Unifesp e um mês em outras universidades.

Docentes da Unifesp estão chamados a realizar esse debate e coletivamente decidir sobre os rumos de nossa greve e de nossa luta pela Universidade Pública. O mesmo ocorrerá nacionalmente: O Comando Nacional de Greve-Andes (CNG) – onde temos uma representante - está convocando uma rodada de assembleias gerais (AGs) de base nas universidades na semana de 20 a 25 de maio. Com base nas decisões de tais AGs, o CNG voltará a se reunir com o MGI em nova reunião da Mesa no dia 27.

Qualquer que seja nossa decisão em relação à continuidade da greve é fundamental mantermos a mobilização. Seguiremos lutando pelas pautas não alcançadas pela greve, junto com TAEs e alunos na defesa de nossa universidade. Um calendário de mobilização deve ser debatido – tendo seu ponto de partida uma Marcha a Brasília em defesa dos direitos dos trabalhadores (convocada pelas centrais sindicais) no dia 21 e 22 de maio.

É para isso que o Comando Local de Greve da Unifesp convoca todas e todos a participarem das assembleias nos campi dias 16 e 17 e uma AG ao dia 20.

Mesa Setorial da Educação Federal inicia trabalhos sem maiores avanços

Pauta não-remuneratória inclui revogação e suplementação orçamentária

por Vanessa Vendramini
Profa. da EPM Unifesp,
departamento de Morfologia e Genética
do Comando de Greve Unifesp

No dia 13 de maio ocorreu a reunião da Mesa Setorial Permanente de Negociação, no âmbito do Ministério da Educação. Foram realizadas duas reuniões simultâneas: a Mesa Bilateral da Educação Superior e Mesa Bilateral da Educação Profissional e Tecnológica, para tratar das pautas apresentadas pela bancada sindical que não têm impacto remuneratório. Representantes dos Comandos de Greve e das diretorias da Fasubra, Sinasefe e Andes participaram dessa conversa inicial com o MEC.

Na primeira Mesa Bilateral, discutiu-se centralmente três reivindicações relativas a tópicos da portaria 983/2020 (de Bolsonaro), que atacam a docência EBTT. O primeiro refere-se à revogação da obrigatoriedade do controle do ponto eletrônico a professores; o segundo, o estabelecimento de carga horária mínima em oito horas-aulas, tal qual é no magistério superior, na perspectiva de isonomia entre os dois segmentos do magistério federa: o Superior e o EBTT. O terceiro ponto é o estabelecimento da hora-aula equivalente, para que essas horas também possam ser regulamentadas de forma unificada, pois isso também interfere na questão da carga horária dos docentes EBTT. Também foi abordada a necessidade de concurso público, especialmente para cargos técnicos que têm uma relação com o trabalho docente.

Estabeleceu-se um grupo de trabalho para tratar de toda a regulação da docência EBTT e a realização de concursos públicos.

Magistério Superior

Na reunião da Mesa Bilateral da Educação Superior o debate quase que se limitou ao regimento interno de funcionamento da própria Mesa. Não houve resposta, nem avanço nas tratativas das pautas já protocoladas pelas entidades (ver próximo artigo com a pauta não remuneratória apresentada ao MEC). Boa parte do tempo foi dedicado ao debate sobre o regimento interno da Mesa Permanente. Uma das demandas mais urgentes (talvez a mais importante) foi retirada pelo MEC da alçada da Mesa: a suplementação orçamentária às Universidades Federais. A Andifes (associação de reitores) já apresentou a exigência de se suplementar neste ano R\$ 2,5 bilhões às IFES para que as condições de 2017 possam ser reestabelecidas. Mas apenas 350 milhões (14% do necessário) foram garantidos pelo MEC até o presente.

Para além das reivindicações de recomposição salarial dos docentes das universidades federais, a recomposição orçamentária da infraestrutura é parte indissociável para adequação das condições de trabalho. O movimento grevista vem apontando as deficiências estruturais agravadas pela queda abrupta de repasse de verbas às UFs desde 2015, e que chegaram a patamares insustentáveis a partir de 2019.

Condições de trabalho na Unifesp

Ao final do governo Bolsonaro, em 2022, o montante do orçamento destinado às UFs se equiparava à quantidade de verbas de 2013. O sucateamento das instalações físicas das UFs incluem desde manutenções prediais e reposição de equipamentos quebrados, até a adequação e modernização de laboratórios, que influenciam diretamente a qualidade do ensino superior federal.

Tais cortes orçamentários também minaram o aporte à assistência estudantil que, na Unifesp, sofreu redução de 19,1% só em 2021. Tal cenário coloca as universidades públicas federais em situação financeira de alto risco para atender as necessidades reais dos (as) estudantes, além de inviabilizar o desenvolvimento de ações e a ampliação de políticas de permanência estudantil. A precarização estrutural das instituições de ensino federais vem gerando impacto em rankings internacionais de verificação de qualidade, tanto do ensino como também na produção científica. A priorização orçamentária para o funcionamento adequado das UFs tem urgência, assim como a valorização dos seus servidores!

Pauta não remuneratória apresentada ao MEC

Pauta não-remuneratória do Magistério Superior ao MEC

No dia 8 de abril, o ANDES-SN protocolou junto ao Ministério da Educação (MEC) uma pauta de reivindicações sobre a qual devem girar as negociações na Mesa Setorial do Ensino Superior. A pauta sugere as seguintes prioridades e “compromissos básicos”:

1. Que o MEC, no seu projeto de lei do novo Plano Nacional de Educação, estabeleça 10% do PIB para a educação pública já e que verbas públicas sejam destinadas exclusivamente para o setor público;
2. Não homologar e revogar qualquer projeto que mantenha o Novo Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da nova proposta de Diretrizes Curriculares para Formação de Professore(a)s, baseada no parecer CNE nº 04/2024, por estar articulada com a Reforma do Ensino Médio e a BNCC da educação básica, que rebaixam a formação universitária do(a)s docentes da educação básica, do(a)s estudantes desde a educação infantil até a formação da juventude;
3. Revogação da Portaria MEC nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, que autoriza a oferta de até 40% da carga horária na modalidade de Ensino à Distância – em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.
4. Que o MEC exija dos governos estaduais, municipais e distrital a desmilitarização das instituições existentes.
5. Que o MEC debata na Mesa Setorial as formas, o significado e o sentido do processo de curricularização da extensão nas diversas experiências universitárias, a partir da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, visando garantir financiamento e condições de trabalho adequadas para efetivar o projeto.
6. Pela Revogação imediata da Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que determina que professores e professoras de escolas públicas e privadas devam apresentar certidão de antecedentes regularmente, a cada 6 meses.

7. Que o MEC abra debate democrático para subsidiar a construção de políticas para estudantes com deficiência, assegurando Atendimento Educacional Especializado na educação básica e no ensino superior, concurso público para docentes e profissionais com formação específica para a área de Atendimento Especializado, capacitação e formação ao(à)s docentes das IES para o Atendimento Educacional Especializado para o(a)s estudantes com deficiência e elaboração de políticas de ação afirmativa das IES em relação ao(à)s estudantes com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento. 8. Pela interrupção de qualquer tentativa de criação de "agência reguladora" do ensino superior. 9. Revogação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, para que recursos públicos possam ser destinados para a Ciência e Tecnologia desenvolvida em instituições públicas.

8. Pela interrupção de qualquer tentativa de criação de "agência reguladora" do ensino superior.

9. Revogação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, para que recursos públicos possam ser destinados para a Ciência e Tecnologia desenvolvida em instituições públicas.

10. Exoneração imediata de interventores nomeados por Bolsonaro e pelo imediato andamento dos requerimentos protocolados sobre o conjunto das intervenções, assim como os casos da UFPB, da UFRGS e da UNIFAP.

11. Revogação imediata das nomeações de interventore(a)s com garantia de nomeação do(a)s mais votado(a)s pela comunidade acadêmica em cada instituição, acabando com o instrumento da Lista Tríplice, em respeito à plena autonomia universitária e promovendo condições para a gestão democrática nas IFES, ao garantir que o processo de escolha se inicie e se encerre na própria instituição.

12. Revogação da Portaria MEC nº 983, de 18 de novembro de 2020, que amplia a jornada de trabalho do(a)s docentes vinculado(a)s a Institutos Federais, CEFETs, bem como a suspensão imediata de toda e qualquer forma de controle de ponto de professore(a)s das escolas e colégios de aplicação vinculados às universidades.

13. Abertura de debate para estabelecer mecanismos de inibição do uso de aplicativos de mensagens, plataformas de controle da produção e das atividades administrativas realizadas por docentes. Tais recursos têm sido utilizados para submissão do(a) docente a jornadas ininterruptas de trabalho, com inúmeros prejuízos à sua saúde, além do desvio de atividades específicas de competência.

14. Revogação da Instrução Normativa nº 66, de 20 de setembro de 2022, do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que trata da uniformização de entendimentos referentes à concessão de progressão funcional a docentes das Instituições Federais de Ensino, bem como a anulação dos efeitos resultantes destes atos normativos. 15. Garantia de que, nas Instituições Federais de Ensino Superior, as datas que finalizam os interstícios docentes não poderão ser modificadas, independente da data da solicitação ou de finalização do processo ou de promoção/progressão e que sejam garantidos os efeitos financeiros retroativos.

15. Garantia de que, nas Instituições Federais de Ensino Superior, as datas que finalizam os interstícios docentes não poderão ser modificadas, independente da data da solicitação ou de finalização do processo ou de promoção/progressão e que sejam garantidos os efeitos financeiros retroativos.

16. Garantia de que as IFES considerem o direito à progressão, a partir da data que o(a) docente completou o interstício, inclusive os seus efeitos financeiros.

17. Garantia da progressão múltipla, que ocorre quando há acúmulo de interstícios diferentes, nos quais não foram requeridas as progressões ou as promoções funcionais devidas.
18. Reposicionamento do(a)s docentes na carreira nas IFES onde as progressões e promoções funcionais foram canceladas, anulando as portarias que ilegalmente atingiram progressões e promoções funcionais, assegurando o consequente pagamento dos retroativos devidos.
19. Aumento das vagas para a juventude trabalhadora nas Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFETs, atreladas ao aumento de vagas para docentes e TAE, bem como pela garantia e ampliação das condições de permanência, estudo e trabalho, defesa e ampliação das políticas de cotas, prezando pela gratuidade, o caráter laico, a qualidade, a integralidade do ensino, pesquisa e extensão.
20. Implementação de vagas para estudantes indígenas em todos os cursos de pósgraduação, além da adoção de Política de incentivo à publicação e utilização de materiais didáticos bilíngues produzidos por indígenas nas redes das escolas de ensino fundamental e médio.
21. Abertura de discussões para a definição de um protocolo para prevenção e combate aos diferentes tipos de assédio: moral, individual, coletivo, virtual, institucional, sexual, entre outros no serviço público e que estes considerem as marcações de: classe, raça, gênero, sexualidade, xenofobia, capacitismo, etarismo, dentre outros atravessamentos, com suas garantias consideradas.
22. Defender e lutar pelos Cursos de Licenciatura Intercultural e Cursos de Licenciatura Quilombola, e pela garantia de orçamento e funcionamento das Licenciaturas Indígenas e Licenciaturas em Educação do Campo, respeitando as dinâmicas sociais das diferentes etnias indígenas e quilombolas.

Mesa Específica da pauta Salarial realizada em 15/05 como MGI

Melhora limitada e distorcida na proposta MGI

por Alberto Handfas
Presidente da Adunifesp
Prof dept Economia da Unifesp

A bancada do governo apresentou nova proposta na rodada de maio da Mesa Específica de Negociação de Salário e Carreira do Magistério Federal. Algo bem aquém do esperado, ainda que com pequenas melhoras em relação ao apresentado há um mês atrás. As crescentes mobilizações universitárias por reajustes (não apenas de salários, mas sobretudo de verbas a custeio e infraestrutura) empurraram o governo a iniciar uma negociação após mais de um semestre de protelação. Mas o representante do Ministério da Gestão (MGI) na Mesa parece seguir com as mãos amarradas pela Fazenda e sua Equipe Econômica, que resiste ao máximo destinar mais verbas a reajuste salarial.

A proposta apresentada pelo negociador do governo era por isso apenas um pouco superior àquela de um mês atrás, já rejeitada pelas assembleias de base. Sabia, portanto, da resistência em fazer seus interlocutores a aceitarem. Ele usou assim dois dispositivos de persuasão.

Primeiro lançou mão de um ultimato aos comandos nacionais de greve do Andes e do Sinasefe para aceitarem o acordo proposto. Tinha a seu favor os dirigentes (avessos à democracia das assembleias e das lutas) do Proifes, sempre ávidos por assinar qualquer acordo rebaixado; este ou outro piorado – como fizeram em 2012 e 2015.

Confusão entre reposição inflacionária e reestruturação

Depois, o representante do Ministério da Gestão (MGI) na Mesa introduziu sua proposta. Mas o fez de maneira confusa na medida em que se misturou reposição de perdas inflacionárias com reestruturação de carreira.

Diferentemente das rodadas anteriores da Mesa, na apresentação da proposta, nas tabelas distribuídas, não se distinguia mais o que era uma e outra. Deu-se a entender que tudo se tratava de reestruturação, quando sabia-se que a reivindicação principal e mais mobilizadora atual é justamente a recuperação das enormes perdas inflacionárias do golpe 2016 para cá.

A confusão pode ter ajudado na dissuasão pretendida. Mas, convenhamos, é inapropriada. Pois uma coisa é reposição de inflação, que todo trabalhador tem direito independentemente de seu degrau na carreira (e, pela Constituição Federal, inclusive, todo servidor teria direito a ter anualmente).

Outra coisa é reestruturação de carreira, que deveria seguir uma lógica em favor do fortalecimento da Universidade Pública (e não do fiscalismo exigido pela especulação financeira). Ao embaralhar a discussão, tende-se a escamotear que alguns segmentos da carreira receberão muito menos da merecida reposição do que perderam à inflação.

Os critérios, mecanismos e resultados de reajustes diferenciados a cada segmento pareciam muito complexos, de difícil apreensão à bancada sindical – que tomava conhecimento da proposta pela primeira vez. Na confusão, parecia que o governo tentava dar a impressão de que o reajuste oferecido poderia ser maior do que de fato é, pois ressaltava apenas os segmentos (minoritários, como veremos) com reajuste muito maior.

Procuramos aqui apresentar uma apreciação mais cuidadosa – que, claro, só pode ser feita à posteriori e não no calor da negociação na Mesa, quando os sindicalistas mal haviam recebido os dados da nova proposta. Tentamos separar reposição de reestruturação e avaliamos a lógica desta última. Sugerimos, enfim, algumas conclusões: a atual proposta traz sim alguma melhora em relação à última proposta do MGI do mês anterior, mas a melhora é pequena e muito desigual.

Destrinchando os dados

A tabela abaixo mostra a evolução dos salários dos docentes com Doutorado em regime de Dedicção Exclusiva do Magistério Superior Federal desde o início do governo Lula III. Na parte inferior da tabela encontram-se os reajustes salariais.

Como se vê em 2023 toda a categoria (bem como todos os servidores federais do executivo) haviam recebido um reajuste linear (igual a todos) de 9%.

Evolução do Salário Magistério Superior Federal - Propostas do Gov nas Mesas Abr e Maio - Reposição Reivindicada

	2022	2023	2024	2026 (proposta Mesa Nov; antes da greve)	2026 (proposta Mesa abril)	2026 Proposta Mesa maio)
Titular	20,530.01	22,377.71	22,377.71	25,150.49	25,982.49	26,326.81
Assoc 4	18,663.64	20,343.37	20,343.37	22,864.07	23,620.43	23,933.45
Assoc 3	17,945.81	19,560.93	19,560.93	21,879.49	22,603.28	22,793.76
Assoc 2	17,255.59	18,808.59	18,808.59	20,937.32	21,629.94	21,708.34
Assoc 1	16,591.91	18,085.18	18,085.18	20,035.70	20,698.50	20,674.61
Adjunto 4	13,273.52	14,468.14	14,468.14	16,028.55	16,558.79	16,877.23
Adjunto 3	12,763.01	13,911.68	13,911.68	15,338.33	15,845.73	16,073.56
Adjunto 2	12,272.12	13,376.61	13,376.61	14,677.83	15,163.38	15,308.15
Adjunto 1	11,800.12	12,862.13	12,862.13	14,045.77	14,510.41	14,579.19
Assit 2	11,184.95	12,191.60	12,191.60	13,313.53	13,753.95	13,753.95
Assist 1	10,652.33	11,611.04	11,611.04	12,679.54	13,098.99	13,753.95
AdjA / AssistA	10,097.00	11,005.73	11,005.73	12,018.53	12,416.11	13,753.95
Aux E	9,616.18	10,481.64	10,481.64	11,446.21	11,824.86	13,753.95



	Ajuste (%) (VB+RT)					Conquista da greve até o momento (elevação da prop das Mesas de Nova de Maio)	Elevação da Proposta de abril à Proposta de maio	Falta (na prop. de maio) a atender a Reposição Inflacionária
	2022	2023	2024	2026 (proposta Mesa Nov; antes da greve)	2026 (proposta Mesa abril)			
Titular	9.0%	0.0%	12.4%	16.1%	17.6%	4.7%	1.3%	4.3%
Assoc 4	9.0%	0.0%	12.4%	16.1%	17.6%	4.7%	1.3%	4.3%
Assoc 3	9.0%	0.0%	11.9%	15.6%	16.5%	4.2%	0.8%	5.3%
Assoc 2	9.0%	0.0%	11.3%	15.0%	15.4%	3.7%	0.4%	6.3%
Assoc 1	9.0%	0.0%	10.8%	14.5%	14.3%	3.2%	-0.1%	7.3%
Adjunto 4	9.0%	0.0%	10.8%	14.5%	16.7%	5.3%	1.9%	5.2%
Adjunto 3	9.0%	0.0%	10.3%	13.9%	15.5%	4.8%	1.4%	6.2%
Adjunto 2	9.0%	0.0%	9.7%	13.4%	14.4%	4.3%	1.0%	7.2%
Adjunto 1	9.0%	0.0%	9.2%	12.8%	13.3%	3.8%	0.5%	8.2%
Assit 2	9.0%	0.0%	9.2%	12.8%	12.8%	3.3%	0.0%	8.8%
Assist 1	9.0%	0.0%	9.2%	12.8%	18.5%	8.5%	5.0%	3.6%
AdjA / AssistA	9.0%	0.0%	9.2%	12.8%	25.0%	14.4%	10.8%	-1.8%
Aux E	9.0%	0.0%	9.2%	12.8%	31.2%	20.2%	16.3%	-6.5%

Desde a instalação da Mesa de Negociação 2024, no 2º semestre do ano passado, o Ministério da Gestão, MGI, vinha repetindo que não concederia qualquer reposição inflacionária em 2024 - devido ao Novo Arcabouço Fiscal, sua meta de Déficit Zero e a voracidade do Centrão em controlar e engolfar parte do Orçamento.

1ª proposta do governo – anterior à greve

Desde ao menos novembro, o governo formalizou então proposta de 0% em 2024, 4,5%, em 2025 e 4,5% em 2026 – portanto uma reposição linear acumulada de 9,2% de hoje até 2026 Paralelamente, sugeriu uma alteração ao longo da carreira, com reajustes adicionais diferenciados a cada segmento da carreira. Ambas alterações juntas produziram um reajuste total entre hoje e 2026 expresso na coluna “2026 (Proposta Mesa Nov.; antes da greve)” da tabela acima.

Reivindicação dos servidores e greve

Na virada do ano, os sindicatos reaperentaram sua reivindicação até 2026 de reposição (de apenas uma parte) das perdas inflacionárias (períodos Temer e Bolsonaro, já descontando o 9% obtido em 2023): 22,7% em 3 parcelas entre 2024 e 2026.

O governo seguiu recusando negociar. Apenas repetia – reunião após reunião da Mesa - sua mesma proposta acima. Para descongelar tal atitude do MGI e forçar o início de uma verdadeira negociação, o setor da Educação – TAEs (Fasubra), Institutos Federais (Sinasefe) e Universidades Federais (Andes) – deflagrou uma greve no início deste ano letivo que atingiu quase 50 universidades e mais de 80 Institutos com centenas de campi pelo país afora e centenas de milhares de servidores e estudantes mobilizados. Isso obrigou o governo a finalmente iniciar uma verdadeira negociação.

2ª proposta do governo – após o início da greve

O MGI aceitou convocar reunião extraordinária da Mesa subdividida em mesas específicas a cada categoria no dia 19 de abril (cinco dias após a deflagração da greve do Andes e dois dias após uma Marcha a Brasília) e apresentou uma nova proposta com reajuste linear de 12,8%. Melhorou assim sua proposta: 0% em 2024, 9% em 2025 e 3,5% em 2026. Quanto às alterações ao longo da carreira, apenas confirmou sua sugestão de reestruturação anterior (com alterações de 0,5% nos steps entre segmentos). Isso tudo produziria reajustes conforme os expressos na coluna “2026 (proposta Mesa abril)”. Ainda muito longe de atender a demanda de reposição de inflação, as assembleias nas universidades rejeitaram unanimemente tal proposta e seguiram ampliando a greve.

3ª proposta do governo – 15 de maio

Com o movimento paredista chegando ao seu ápice e se estendendo no tempo, o governo aceitou a demanda sindical em marcar uma nova reunião da Mesa específica com docentes. Mas nela, manteve a mesma proposta de reposição linear (12,8%), apenas melhorando um pouco (sobretudo após pressão da parte do Comando de Greve do Andes na Mesa) a sugestão de reajustes diferenciados ao longo da carreira. O total a ser reajustado (reposição inflacionária linear, mais reestruturação de carreira) até 2026 gerou reajustes totais expressos na coluna “2026 (Proposta Mesa Maio)”.

Nela, os segmentos da carreira menos numerosos (com poucos docentes) como Assistente, Auxiliar (segmentos da DE sem mestrado ou doutorado, hoje em dia cada vez menos expressivo) ou como os do topo (Titular ou Adjunto IV, que também são poucos) foram os que mais receberam aumentos de reestruturação. E os segmentos mais numerosos, como Adjunto I e II, Associado I e II foram os que receberam menor reajuste específico. Ainda que (quase) todos os segmentos tenham ficado ao menos um pouco melhor do que pela proposta da mesa anterior, a maior parte da massa de docentes foi contemplada com melhoras muito tímidas (algo como 0,5% a 2% a mais do que o oferecido na Mesa em abril) – isso pode ser visto na coluna (na parte inferior da tabela) “Elevação da Proposta de abril à Proposta de maio”.

Lógica do produtivismo ou do fiscalismo?

Qual critério e lógica teriam sido usados em tais reajustes diferenciados? Entusiastas da proposta do MGI, como os dirigentes do Proifes, tem feito a apologia de tais reajustes utilizando-se de uma argumentação, digamos, criativa.

Alegam, por um lado, que a elevação maior oferecida à parcela ultra inferior da categoria (Auxiliares e Assistentes, sem mestrado/doutorado) bem como Adjunto A (ainda em probatório) seria uma dádiva para incentivar o ingresso na carreira. Esta explicação é razoável, mas debatível: por que incentivar apenas a entrada na carreira? O desincentivo à manutenção na carreira é tão ou mais deletéria e já tem provocado um aumento na debandada de docentes da Dedicção Exclusiva.

Argumentam, por outro, que os reajustes maiores ao topo (Titulares e Adjunto 4) seriam um incentivo ao mérito e à competência. Se esse foi o motivo, trata-se então de meritocracia produtivista. Que aliás, há mais de duas décadas tem sido defendida e implementada, sempre com ajuda dos proifistas de plantão (já nos acordos de 2012 e 2015). O salário de um titular, que valia cerca de 1,5 vezes mais do que o de um adjunto I passou a valer a mais 1,6 em 2013, 1,74 em

2019 e passará a valer 1,8 vezes mais em 2026 pela atual proposta. Trata-se de uma agudização da diferenciação remunerativa não justificada pelas atribuições, qualificações e mesmo – a rigor - capacidades produtivas. Afinal, ambos são professores doutores, com as mesmas obrigações de ensino, pesquisa, extensão e tarefas administrativas.

Muito mais subjacente a tais possíveis explicações no terreno dos Recursos Humanos para essas distorções (tanto na ultra-base, quanto no topo), parece haver um outro critério, este sim muito mais provável de ter sido o guia da ação do MGI: a minimização de custos orçamentários. Afinal, em ambos os extremos da carreira encontram-se os segmentos com os menores números de docentes. Oferecer um reajuste mais elevado a ambos tem, portanto, baixo impacto relativo nos custos orçamentários. Com a vantagem, claro, de sempre se poder apresentar tais distorções com explicações ideológicas à gosto do freguês.

Ganhos de greve a despeito de insuficiente reposição

O fato é que à imensa maioria dos docentes das IFES, o reajuste final (de hoje a 2026) oferecido nesta última Mesa será entre 5% e 8% menor do que a reposição reivindicada (como observa-se na última coluna da tabela, “Falta atender (na proposta de maio)...”. Isso sem contar com a inflação que ainda ocorrerá de hoje a 2026.

Ainda é pouco, embora tenha havido melhora em relação à proposta inicial do MGI. A antepenúltima coluna da tabela, “Conquista da Greve até o momento” mostra a diferença entre esta última proposta apresentada no 15 de maio com a primeira (ainda do ano passado). Não é uma grande conquista, embora seja sim significativa: algo entre 3,5% e 5,5% a mais aos segmentos que representam o grosso da base docente. E é preciso lembrar que mesmo esse ganho não teria ocorrido sem a greve. Foi ela, com sua amplitude e capacidade mobilizadora - que ganhou a simpatia de quase 80% da população (Quaest, 12/05) – que acabou empurrando o governo a fazer arranjos que permitiram elevar sua proposta até o presente, ainda que limitada e distorcidamente.

